



# Greve Nacional Pela Unidade Real de Todos os Movimentos Grevistas contra o Governo!

Há uma greve nacional dos servidores públicos da área da educação. Desde o dia 17/03, a FASUBRA (Federação de sindicatos de trabalhadores técnico-administrativos em instituições de ensino superior do Brasil) decretou greve, exigindo que o governo federal cumpra com o acordo feito em 2012, ano em que também houve uma greve nacional da categoria. No dia 21/04, adere à greve o SINASEFE (Sindicato nacional dos servidores federais da educação básica, profissional e tecnológica). Há dois Comandos Nacionais de Greve, o CNG-FASUBRA e o CNG-SINASEFE. Inúmeros ofícios foram protocolados nos Ministérios da Educação reivindicando a abertura da negociação, o último foi entregue no dia 29 de abril. Esta carta sugere uma reunião com José Henrique Paim Fernandes (Ministro da Educação) para o dia 06/05, dia em que está prevista uma Caravana da Educação Federal, organizada pelo ANDES-SN, FASUBRA e SINASEFE.

Há outros setores dos servidores público federais que também estão mobilizados, como os funcionários do IBGE, que estão em estado de greve, com indicação de paralisação para o dia 15 de maio. Os servidores do judiciário estão em greve nacional por tempo indeterminado. Nos estados, temos os professores da rede municipal de São Paulo e Bahia. Os servidores da saúde federal do RJ retornaram à greve (governo NÃO negociou), agora por tempo indeterminado. Cerca de 70% da PM na capital da Amazônia decretou greve no dia 28 de abril, por reajuste salarial, e, no Rio Grande do Norte, mantiveram a greve durante 10h, encerrada quando o governo ofereceu uma proposta. Há mobilização também no setor privado ou em empresa público-privada, como os rodoviários do Rio de Janeiro ou a Eletrobrás, que também paralisaram suas atividades. Somam-se a esse quadro as greves que já ocorreram, como na Comlurb (garis-RJ), na Comperj, dos agentes penitenciários e do CEAGESP.

Esse é parte do quadro de mobilização do país que mostra que há uma insatisfação generalizada e disposição de luta dos servidores devido aos salários rebaixados, corroídos pela inflação, há setores que há quase 10 anos não têm reposição inflacionária. As condições de trabalho têm piorado e a privatização e terceirização avança a passos largos. Do lado dos governos, não há disposição em negociar e seguem intransigentes. O setor da educação está há quase dois meses em greve. Pedidos de negociação são protocolados em cima de pedidos e o governo não sinaliza favoravelmente em sentar à mesa com os representantes sindicais. Compromissos firmados em negociações anteriores não são comprimidos. **A orientação geral é enxugar gastos, é o corte de verbas.**

O Estado está falido. É submisso ao imperialismo, que impõe diretrizes de pagamento da dívida e abertura dos serviços públicos para investimento do capital privado. Esta situação se agrava com a

crise capitalista. O imperialismo se vê obrigado a saquear de maneira mais voraz as semicolônias. O governo perde margem de manobra para conter o avanço da crise e é incapaz de se impor ao capital internacional. Percebe o avanço da luta de classes e se arma com aumento do aparato repressivo jurídico (lei antigreve, lei da copa, antiterror) e em efetivo. Mas as contradições objetivas superam as precauções da burguesia, incapaz de manter coesa até mesmo a sua força repressiva, que sai em greve por melhores salários.

A pressão das multinacionais, do capital financeiro e dos organismos internacionais é intensa. As infundáveis negativas de Dilma à negociação mostram que o governo do PT defenderá os interesses do capital privado e não as necessidades dos trabalhadores. Somente um MOVIMENTO UNITÁRIO, de todos os servidores públicos, será capaz de exercer uma força real sobre o governo e superar sua intransigência. É preciso bloquear as principais vias do país, paralisar a produção, denunciar os salários de miséria e as condições precárias de trabalho. No caso das universidades públicas, denunciar a situação lastimável em que se encontram diante do avanço do ensino privado. Que as entidades nacionais estudantis, UNE e ANEL, convoquem plenárias estaduais para organizar a semana de mobilização local nas Instituições Federais, nos dias 12 a 16 de maio, e a paralisação nacional no dia 21 de maio. Que também organize pela base o Encontro Nacional da Educação, que se realizará nos dias 08, 09 e 10 de agosto. **SOMENTE A FORÇA DO MOVIMENTO UNIFICADO COM O APOIO DA MAIORIA OPRIMIDA, EM MARCHA NAS RUAS, É CAPAZ DE DERROTAR O GOVERNO.**

A Corrente Proletária Estudantil defende as seguintes bandeiras:

- Contra os salários de fome, **SALÁRIO MÍNIMO VITAL (R\$ 4.200,00) COM ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE!**
- Contra a terceirização, **CONTRATAÇÃO IMEDIATA DE TODO TRABALHADOR TERCEIRIZADO, SEM A IMPOSIÇÃO DO CONCURSO! ABAIXO AO PL4330!**
- Contra o desemprego e a sobrecarga de trabalho, **ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO!**
- Contra o sucateamento das universidades públicas, **FINANCIAMENTO INTEGRAL DA UNIVERSIDADE! NENHUM CORTE DE VERBA!**
- Contra as reitorias que punem grevistas e processam estudantes, funcionários e professores, **GOVERNO TRIPARTITE! ABAIXO A BUROCRACIA UNIVERSITÁRIA, POR UM GOVERNO DA MAIORIA! UMA UNIVERSIDADE SOB O CONTROLE DOS QUE ESTUDAM E TRABALHAM, SUBMETIDO AO MOVIMENTO POR MEIO DA ASSEMBLEIA GERAL UNIVERSITÁRIA, COM VOTO UNIVERSAL E MANDATO REVOGÁVEL.**

# IFSP-SP: A greve nacional dos institutos federais ocorre no aprofundamento da política de precarização do governo federal

O governo federal a cada ano que passa dá continuidade a precarização do ensino público.

O discurso do governo atual é que o ensino federal foi ampliado. Mas as condições materiais em que é colocada essa ampliação são desconsideradas. No entanto, quem trabalha e estuda nos institutos federais sente na pele os cortes de verbas desses últimos anos.

De que maneira o corte de gastos se manifesta? Como a política de precarização da educação pública é colocada pelo PT?

Na não efetivação de professores. O que se tem são professores com salários archoados e muitos com data marcada para engrossarem as fileiras dos desempregados. Funcionários tendo de fazer trabalho dobrado. Sob a política de corte financeiro, não contrata para atender à demanda dos institutos federais. A terceirização, que significa a retirada de direitos trabalhistas e corte nos salários, arrocho salarial, contrato precário, aprofundamento da instabilidade do emprego, o que quer dizer que o trabalhador pode ser demitido quando a empresa desejar ou declarar falência, como os funcionários da portaria demitidos a alguns meses. Para agravar, há um projeto de lei a ser votado para ampliar o trabalho terceirizado.

Os estudantes do IFSP não têm condições materiais para sua permanência estudantil. Como a garantia do transporte para estudar. Não têm o restaurante universitário. Falta de moradia estudantil. Corte de horas, como ocorreu no curso de licenciatura em

geografia, com a retirada de 400 horas exigidas pelo MEC. Corte nas viagens de campo, como também está ocorrendo na geografia. Ou seja, fatores que prejudicam a sua formação.

Como enfrentar a política do governo federal? Com a bandeira de unificação. Estudantes, professores e funcionários numa só luta em defesa da educação pública e com o método da ação direta, com uma pauta unificada aprovada em assembleias gerais dos estudantes e assembleias gerais dos três setores. É desta maneira que se poderão conquistar as reivindicações e se levantar a bandeira de defesa da educação pública.

A assembleia da geografia, do dia 28 de abril, demonstrou a importância de unificar a luta contra a precarização do ensino público. Com a presença do comando de greve dos professores e funcionários, ficou claro para os estudantes de geografia a necessidade da greve e seu fortalecimento pelos três setores. A história do movimento do sindicato mostra que é possível barrar a privatização, com muitas greves, utilizando a ação direta, como no caso da transformação do CEFET na época em SENAC ou SENAI, no governo de FHC (Fernando Henrique Cardoso). **A necessidade de convocar uma assembleia geral dos estudantes** está colocada. A Corrente Proletária Estudantil fez esta defesa. O C.A da geografia tem esse papel de convocar os demais centros acadêmicos a discutir coletivamente a defesa da educação diante dessas políticas de precarização dos governos.

## Ato Unificado dos Comitês de Luta contra a repressão de Londrina, Maringá e São Paulo

No dia 29 de abril, ocorreu em Londrina o Ato Contra a Repressão e Criminalização dos movimentos sociais: “50 Anos da ditadura que não terminou”, contando com a participação de aproximadamente 50 pessoas, estiveram presentes os Comitês de Londrina, Maringá e São Paulo. Esse ato teve por objetivo a unidade dos movimentos sociais, a única forma de enfrentar a ofensiva do Estado policial que violenta de forma cada vez mais intensa os oprimidos.

As intervenções demonstraram que o aumento da opressão do Estado Policial força a constituição dos Comitês, como instrumentos de autodefesa das massas. Como o de Maringá, que, diante da violência da polícia na universidade, professores e estudantes constituíram o Comitê, assimilando a experiência de Londrina.

A luta contra a repressão e criminalização dos movimentos sociais é a defesa das bandeiras, do direito de organização e métodos de mobilização dos oprimidos. Apesar da ofensiva dos governos para conter as mobilizações na proximidade da Copa, como a lei que enquadrava manifestante como terrorista, aumenta o número de protestos e a necessidade de dar uma resposta organizada à repressão. Esses foram os pontos centrais do ato.

O Estado intensifica as medidas repressivas diante do levante instintivo dos que têm suas condições de vida piorada pela crise capitalista, como aumento do custo de vida, falta de saúde,

moradia, educação, e transporte. A experiência de junho de 2013 nos deixou duas coisas importantes: as conquistas são arrancadas com as massas radicalizadas nas ruas e, se não há uma direção revolucionária, as massas serão inevitavelmente dirigidas pela burguesia. A primeira foi muito bem assimilada. A exemplo da população das favelas, que nos últimos meses denunciam nas ruas os assassinatos da juventude pela polícia, bloqueando avenidas, queimando pneus e ônibus. A segunda, que se trata da crise de direção, ainda não foi superada.

Enfrentamos o Estado burguês, organizado e coeso nos métodos de contenção. Por isso, é necessário superar a dispersão dos movimentos. A unidade dos oprimidos é a única arma que temos. Que os comitês, como instrumento de autodefesa das massas, impulsionem as bandeiras que unifiquem os movimentos sociais e se choquem com as medidas repressivas da burguesia e de seu Estado.

O ato unificado demonstrou que a tendência de aumento da repressão está começando a ser respondida pelos movimentos sociais. Foi dado o informe sobre o Comitê que se constitui na Bahia e a necessidade de conseguir contato com o do Rio de Janeiro. Os comitês ainda estão organizados em âmbito regional, mas foi proposto por São Paulo e reafirmado por Maringá a necessidade de impulsionarmos um Encontro Nacional dos Comitês Contra a Repressão.

## Bahia - Comissão pró-instalação do comitê estadual contra a repressão realiza debate e ato denúncia contra as leis repressivas

A Comissão Pró-instalação do Comitê Estadual Contra a Repressão foi organizada na Bahia para denunciar as leis repressivas aprovadas ou que estão em discussão no Congresso, além de realizar a defesa política e jurídica dos manifestantes presos e processados. No dia 15 de abril, a Comissão realizou um debate sobre a “Conjuntura Política e as Leis Repressivas”, contextualizando as medidas repressivas dos governos e do Estado contra as manifestações e lutadores como resposta ao aprofundamento da crise mundial do capitalismo e à nova etapa da luta de classes que se abriu com a eclosão da crise em 2008.

No dia 29 de abril, quando se completou um mês da prisão dos 18 manifestantes em Salvador na manifestação contra a Copa do Mundo, a Comissão realizou um Ato-Denúncia na Faculdade de Educação da UFBA. Um novo ato está marcado para o dia 06 de maio no campus de Ondina. A tarefa é estender os atos aos bairros populares mais atingidos pela repressão estatal. No próximo dia 13 de maio, haverá uma plenária de instalação do Comitê Estadual contra a Repressão. A primeira reunião da Comissão contou com a presença do POR, PCB, PSol e Contra Corrente. Nas reuniões seguintes apareceram militantes da Nova Democracia e PSTU. O POR conseguiu aprovar no Encontro Estadual da CSP-Conlutas e ANEL a participação dessas entidades no Comitê Estadual Contra a Repressão.

## Balanço do XXI Encontro Regional de Estudantes de Educação Física – Região Nordeste

Entre os dias 17 e 20 de abril de 2014, ocorreu no campus II da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) o XXI Encontro Regional de Estudantes de Educação Física (EREEF), com tema “Da Copa eu abro mão”. O encontro regional contou com a participação de 220 estudantes de treze instituições de ensino superior, majoritariamente públicas, dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Sergipe.

O tema do evento anunciava somente o posicionamento contrário à Copa do Mundo. As intervenções do POR, feitas durante as mesas de exposição e os grupos de trabalho, buscaram dotá-lo de um conteúdo classista, vinculando às reivindicações que garantam as condições de vida e trabalho da juventude e dos trabalhadores, como a defesa do salário mínimo vital com escala móvel de reajuste, adoção da escala móvel das horas de trabalho e a constituição de sistemas públicos de educação e saúde a partir da expropriação e estatização das instituições privadas controlados pelos trabalhadores.

O chamado para fortalecer o movimento “Não vai ter Copa” foi acompanhado do alerta sobre o endurecimento do Estado com as manifestações que, desde o início deste ano, já resultaram em centenas de prisões. Por meio de leis repressivas, como lei geral da Copa e a portaria normativa n. 186, expedida pelo Ministério da Defesa, que dispõe sobre o uso das Forças Armadas, o governo brasileiro se compromete em assegurar os altos lucros da FIFA, inibindo a realização dos métodos da ação direta como os atos de rua e ocupações de prédios e instalações. Assim, foi enfatizada a necessidade de articular movimentos sociais, partidos e organizações de esquerda a constituírem comitês locais contra a repressão como uma forma de dotar os manifestantes de instrumentos políticos e jurídicos na luta contra as arbitrariedades do Estado burguês.

## Universidade Federal de Campina Grande/PB: Paralisação do dia de abril tem aula pública sobre Autonomia Universitária

Como parte do dia nacional de paralisação, a ADUF CG organizou uma aula pública sobre autonomia e democracia universitárias. Um militante do POR de SP fez uma apresentação, estabelecendo o vínculo entre a democracia na universidade e a luta pelo ensino público e gratuito. A bandeira da autonomia somente expressará a real democracia caso seja um instrumento para se desenvolver o programa proletário para a educação, como parte do movimento revolucionário pela destruição do capitalismo.

A essência da autonomia é o controle da universidade por quem estuda e trabalha, é a autonomia perante a intervenção do Estado, do empresariado e das igrejas na educação. A autonomia administrativa e financeira de acordo com a Constituição acoberta o controle político do Estado. O POR relatou a recente experiência estudantil na USP em que foi aprovada na assembleia a luta pelo controle da universidade por estudantes, professores e funcionários por meio da constituição de um GOVERNO TRIPARTITE e da instalação da assembleia universitária. A experiência de reitorias constituídas por eleição aparentemente democráticas já comprovou que se trata de uma via para manter a intervenção do Estado.

Ante a crítica de que a posição “vanguardista”, descolada da realidade e que não há correlação de força favorável, o expositor mostrou que objetivamente a universidade está se decompondo com o rápido avanço do sistema privado sobre o público, a desnacionalização, do ensino a distância e a impossibilidade da política burguesa apresentar uma solução progressiva à bandeira da real autonomia e do sistema único, público e gratuito.

O problema fundamental está em como trabalhar as bandeiras corretas. Não se deve rejeitar as soluções reais em nome do atraso da consciência dos estudantes e da desorganização do movimento universitário. Todo obstáculo lançado contra as soluções que nascem da situação concreta expressa a luta política em defesa da farsa democrática e da preservação do ensino privado.

Esse debate expressa a tendência que está colocada do movimento universitário questionar o poder da casta burocrática, que detém o controle da universidade. Iniciado pelo movimento estudantil da USP em 2013, outras universidades também passam pela discussão em assembleia do Governo Tripartite. Na Bahia, na universidade federal (UFBA) aproxima-se a eleição para reitor e uma parcela do movimento tem feito campanha em defesa do governo dos três setores. No Paraná, durante as eleições para reitor, a assembleia estudantil aprovou o voto nulo para reitor com conteúdo de defesa do Governo Tripartite. Na UNIR, em Rondônia, a disputa se deu ao redor da Estatuinte, defendida pelos maoístas, e do Governo Tripartite, por meio da soberania das Assembleias gerais universitárias, defendida pelo POR. A medida que aumentam as contradições internas à universidade, em que as reitorias se veem obrigadas a aplicar mais intensamente as medidas governamentais de privatização e precarização do ensino, fica mais clara a necessidade de conquistar a independência frente ao Estado, ao empresariado e a igreja. A bandeira da Autonomia Universitária, concretizada no governo no Governo Tripartite, é uma necessidade para defender a universidade pública.

## UFCG-PB: Recepção “dos feras” para mobilizar os estudantes contra os ataques da reitoria e governo federal

Em 12 de maio, iniciará o primeiro semestre letivo de 2014 na UFCG. Ante a necessidade de mobilizar os estudantes para enfrentar os ataques privatistas e autoritários da reitoria, alguns CAs, junto com a Corrente Proletária Estudantil (CPE), se propuseram a organizar uma recepção “aos feras”, os novos estudantes. A diretoria do DCE, dirigida pelo UJR/PCR foi convidada desde o início, mas demorou quase um mês para se somar formalmente à atividade. Como se apoderam descaradamente do dinheiro vindo da carteirinha estudantil e querem manter o controle do aparato, retardam e impedem a mobilização e a centralização das lutas nos diversos cursos e campi. Diante da iniciativa dos centros acadêmicos, não se somar à recepção poderia levar à configuração de uma oposição de esquerda ao PCR, dessa forma, arrastados, se juntaram, embora não façam nenhum esforço para que as atividades se realizem.

A programação terá como importantes debates a *Autonomia e democracia na universidade* e o *Avanço da privatização e mercantilização da saúde e educação*. Ambas as mesas contarão com a presença de militantes da CPE, que farão a defesa da autonomia como autogoverno, com o fim do reitorado e constituição de um governo tripartite, de estudantes, professores e funcionários, com mandato revogável, voto universal e soberania da Assembleia Geral Universitária.

## Ceará: Estudantes da UFC lutam pela moradia universitária

No mês de abril, estudantes da UFC se mobilizaram reivindicando a moradia universitária, foram 159 inscritos para o programa de residentes para apenas 21 vagas. Até o final do mês, muitos estudantes estiveram alojados no DCE, outros na casa de amigos e parentes e até um caso de um estudante de Goiás que dormiu na rua! Há muito que a residência tem sido condição básica para a permanência nas universidades; se já é um desafio passar no funil do vestibular, desafio tão grande quanto, é permanecer. Por isso, foram feitas reuniões onde se tirou um calendário de mobilização para

Sobre a saúde e educação, denunciaremos sua mercantilização, que atingiu o auge com a sujeição à especulação na bolsa de valores, acompanhada pelo processo intensivo de desnacionalização e monopolização. Em 2013, com a fusão da Kroton com a Anhanguera, constituiu-se o maior grupo educacional do mundo, com mais de um milhão de matrículas. Quase o mesmo número que todo sistema federal. Uma nova etapa de expansão do sistema federal está prevista nos planos do governo, com ênfase no Ensino a Distância.

Na saúde, sob o governo Dilma, observam-se os mesmos fenômenos. Por dia, são fechados 12 leitos públicos e abertos 9 privados. Abundam os subsídios e financiamentos para grupos privados, inclusive estrangeiros. Enraízam-se as formas de privatização da gestão com as OSs, OSCIPs e Fundações Estatais de Direito Privado. O governo federal insiste na privatização dos HUs por meio da Ebserh. A estatização, sem indenização, de todo sistema privado de ensino e de saúde é a via para que deixem de ser mercadorias.

A tarefa imediata do movimento estudantil é colocar-se pela derrubada do decreto autoritário do reitor Edilson Amorim que, à canetada, passou por cima da decisão da comunidade e privatizou os HUs. Esta luta projeta-se como defesa da real autonomia e democracia universitárias. A recepção “dos feras” será um momento importante de formação, debate e mobilização.

exigir da reitoria a garantia de residência para todos nem que para isso tivessem de ser alugadas moradias próximo da universidade. O que chama atenção foi a posição do DCE (PSOL/PSTU) que demorou muito para mobilizar e só o fez depois da pressão dos estudantes. No dia 10/4, depois de ocupação na pró-reitoria de assuntos estudantis, foi garantido que os que não foram contemplados com a residência ganhassem um auxílio moradia e isenção no RU, mas é preciso que todos os que pediram a residência tenham seu direito garantido e não dependam do novo processo aberto.

## Por uma Ucrânia Soviética de operários e camponeses, unida, livre e independente

Os acontecimentos na Ucrânia que levaram a Criméia a se submeter à Rússia restauracionista para não se submeter ao imperialismo norte-americano e europeu retratam as nefastas consequências da restauração capitalista. A Ucrânia está sendo desmembrada como resultado da restauração capitalista e da ofensiva do imperialismo norte-americano, ao qual segue o europeu, para retirá-la da órbita da Rússia.

O Estado russo voltou à velha posição imperialista que a revolução havia destruído. A anexação da Criméia é parte de um amplo conflito de nacionalidades com o domínio russo, cujos movimentos nacionalistas e governos servem à ofensiva do imperialismo norte-americano e europeu. As frações burguesas que se constituíram com a restauração capitalista não querem manter a sujeição à Rússia, mas também não podem impor a autodeterminação e a soberania. Passam à condição de serventes do imperialismo ocidental.

Econômica e militarmente, o imperialismo deu um passo para anexar a Ucrânia sob a máscara da democracia e da soberania. É necessário se opor terminantemente à divisão que fortalece a restauração capitalista e o intervencionismo imperialista, com o programa da revolução proletária.

Os Estados Unidos e seus aliados europeus não estão pela unidade da Ucrânia, e sim pelo seu controle mais amplo possível. Para eles, melhor seria uma Ucrânia integral submissa ao capital ocidental e por cima de tudo o capital norte-americano. Mas, se não é possível assim, que se negocie a divisão. A Rússia se lançou à divisão: se a Ucrânia vai se submeter ao comando da União Europeia, então que vá sem a Crimeia. Esses têm sido os cálculos das potências. As massas ucranianas nada decidem sobre tais soluções. O referendo pela divisão foi uma manobra russa e um instrumento formalmente democrático usado contra a autodeterminação e integridade da Ucrânia como nação oprimida.

A tarefa imediata é a de derrubar a oligarquia ucraniana que se enriqueceu com a restauração capitalista e que conduz o País para os braços do imperialismo. O governo de Yatseniuk e Turchinov tem de ser derrubado e constituído um governo operário e camponês, que expresse a ditadura do proletariado. Somente por essa via, os explorados da Crimeia, as nacionalidades oprimidas e a população trabalhadora da Rússia poderão breçar a ofensiva do imperialismo e restabelecer a unidade da Ucrânia e impor sua autodeterminação.

É impossível realizar essa tarefa democrática sem que se tenha por base a luta contra a restauração capitalista e a defesa da estratégia programática de reconstituição da República Socialista Soviética da Ucrânia, como parte da reconstituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e do objetivo histórico dos Estados Unidos Socialistas da Europa (da revolução mundial). Não há como a Ucrânia vencer o domínio e a opressão imperialista como república burguesa.

“Uma Ucrânia Soviética de operários e camponeses, unida, livre e independente.” Esse é o único programa irreconciliável com a disputa interimperialista para controlar a Ucrânia e saqueá-la. Aplica-se integralmente a premissa levantada por Leon Trotsky, em 1939: “O programa da independência da Ucrânia na época do imperialismo está direta e indissoluvelmente ligado ao programa da revolução proletária.”

O proletariado ucraniano não tem um partido que levante esse programa em total oposição à oligarquia venal, aos seus partidos e ao intervencionismo das potências. A tarefa de primeira ordem é constituir – a partir das ricas experiências do distante passado revolucionário, do mais recente passado contrarrevolucionário e do presente da aguda crise – o partido marxista-leninista-trotskista.